

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado de S. Paulo*

Class.: RO 145

Data: 06.06.86

Pg.:

Promotor acusa a CPT e o Cimi de subversão

Do enviado especial

O promotor de Justiça de Vilhena, Sul de Rondônia, Getúlio Nicolau Santore, acusou ontem a Comissão Pastoral da Terra e o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) de estarem "disseminando discórdias, rancores e subvertendo a ordem pública" na região, ao obrigar crianças de sete a 15 anos a aderir a um abaixo-assinado pedindo "justiça" para índios e colonos. Em ofício encaminhado ao procurador-geral da Justiça do Estado, Ibrahmar Andrade Rocha, o promotor pede ao Ministério Público que avalie a situação, já que a atuação da CPT e do Cimi "põe em risco a segurança pública".

A região do Vale do Guaporé, Sul de Rondônia, onde existem cerca de dois mil proprietários rurais, vive momentos de tensão, com denúncias

de escravidão branca, invasões de terras, chacina de índios nômades e acusações à Funai, que interdito uma área de 63 mil hectares, englobando uma fazenda inteira com 4.380 bois e em franca produção, "para fins de estudos, definição e atração de índios".

Os proprietários rurais garantem que não há índice nessa área, dizendo que possuem escrituras públicas com discriminação do Incra liberando a compra, e estão lutando na Justiça para derrubar a portaria. O delegado da Polícia Federal, o representante do Ministério do Trabalho e o promotor público de Vilhena desmentiram as acusações de Rubens Nascimento, feitas em São Paulo, de que há escravidão branca na região. "Isso é agitação da Pastoral da Terra" — disse o delegado Rivaldo Silva — "para desestabilizar a colonização da fronteira".

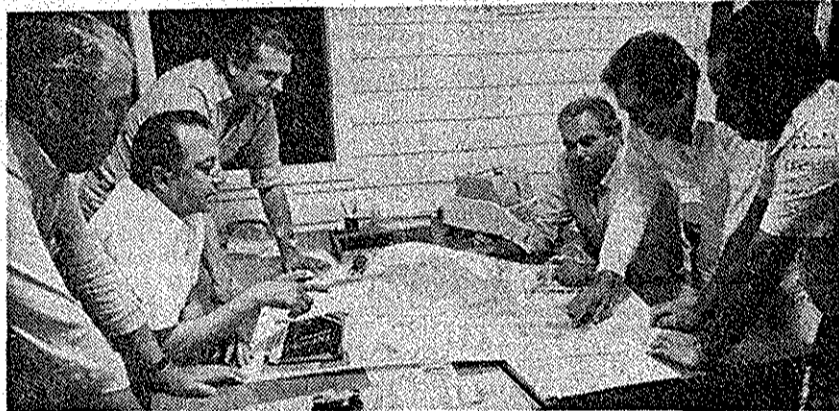
Atos da Funai causam revolta

O grande problema que os proprietários rurais do Vale do Guaporé, Sul de Rondônia, estão enfrentando não é a denúncia da escravidão branca, negada por todas as autoridades que visitaram as fazendas, mas a insistência da Funai em dizer que essas terras são indígenas, e que há tribos nômades na região. Baseada em relatório do seu delegado regional em Vilhena, Aymoré Cunha da Silva, a Funai interdito 63 mil hectares englobando os municípios de Cerejeiras, Vilhena e Colorado D'Oeste, "porque ali há vestígios de índio". E Aymoré, para justificar a necessidade de interdição, apresentou flechas e uma tibia humana, que teriam sido encontradas na fazenda Yvyptá, e fotos de "rastros de índio".

Os fazendeiros, indignados — ali já existem as reservas dos Tubarões e Parque Aripuanã, "onde não moram nem 200 índios já civilizados" —, entraram com mandado de segurança e ganharam liminar dada pelo juiz federal Antônio Ivan Athié. A liminar foi cassada pelo TFR, mas os fazendeiros entraram com agravo. O que mais irritou os proprietários rurais foi a audácia da Funai que, em sua portaria, afirma que "fica vedado o ingresso, na área interdita, de não-índios, sem expressa autorização da Funai, e a retirada de pessoas não-índias e estranhas aos grupos indígenas, especialmente aquelas que exploram a área".

A portaria, porém, engloba várias fazendas em produção, onde existem cerca de 50 mil cabeças de gado, e atinge em chelo a Fazenda Centurion, de dois mil hectares, totalmente desmatada, com pistas para aviões, 4.380 bois, várias casas e dezenas de empregados. "Pela portaria" — disse Aristides de Mello, ex-piloto da Funai e dono da Centurion — "não posso entrar no que é meu, mas daqui só saio morto, porque tenho uma vida aqui dentro". O delegado regional da Funai, Aymoré Cunha da Silva, entretanto, garante que não impedirá a entrada e saída dos proprietários das terras, "e isso não ficou claro ainda porque não conversamos a respeito".

A última confusão armada por Aymoré foi divulgada por todos os jornais de Rondônia: o fazendeiro Junqueira Vilela teria mandado massacrar 15 índios na sua fazenda, levando para um local desconhecido numa caminhoneta Toyota amarela. Vilela prometeu processá-lo por mais essa denúncia e Aymoré reagiu: "Eu não denunciarei matança nenhuma. Apenas disse que havia informações de morte de índios na área. O que escreveram não fui eu que falei. Cheguei a ir até a televisão desmentir, mas cortam a minha fala". Ontem, Aymoré Cunha da Silva recebeu uma carta do SNI para confirmar suas denúncias, porque o órgão está preocupado com os desencontros de informações na região. Ele negou que tenha recebido o pedido do órgão.



João Pires

Os fazendeiros de Rondônia vivem em clima de tensão

Os pais reagem contra envolvimento de menores

No dia 28 de abril, o padre mexicano Manuel Roberto Valdez Treviso e o "irmão" Evilásio Tambosi, ligados à Comissão Pastoral da Terra e ao Cimi, realizaram palestras nas escolas primárias de Vilhena, Cerejeiras e Colorado D'Oeste sobre a "Semana do Índio". Após as palestras, pediram às crianças — com idades que variam de sete a 15 anos — a adesão a um abaixo-assinado "para defender os índios e os colonos". Os pais, revoltados, denunciaram o fato ao promotor público Getúlio Nicolau Santore, que pediu a abertura de inquérito policial e a apreensão das listas de assinaturas.

A filha do fazendeiro Aristides de Melo (que teve sua fazenda interdita pela Funai, "por haver indícios de índios na região"), Marcela de Melo, de nove anos, contou ao delegado Everaldo Castro de Magalhães que o padre Manuel pediu para as crianças assinarem o documento "mas não colocar a idade, porque isso nós faremos depois". O promotor exigiu a apreensão do documento e classificou a conduta do padre e de seu colega de "ilícita". "Eles são ligados à Pastoral da Terra e querem disseminar discórdias, rancores e subverter a ordem pública na região." Antes de o inquérito estar concluído, Santore relatou esses fatos ao procurador-geral do Estado de Rondônia, por entender que os membros da CPT e do Cimi estão provocando "agitação" no Vale do Guaporé.

ESCRavidão BRANCA

Com relação à denúncia de Rubens do Nascimento, feita na Cúria Metropolitana de São Paulo, de que está ocorrendo trabalho escravo na Fazenda Yvyptá, de propriedade de Antônio José Junqueira Vilela, Santore desmentiu que isso venha ocorrendo no Estado, no que foi seguido pelo delegado da Polícia Federal em Vilhena, Rivaldo da Silva. Ao ver a foto de Rubens no *Jornal da Tarde*, lembrou que ele esteve em sua delegacia fazendo uma denúncia, não da fazenda Yvyptá, mas da propriedade dos irmãos Correa.

O delegado Rivaldo determinou então que o lavrador ficasse hospedado num hotel da região, enquanto os investigadores traziam o proprietário da fazenda, para dar explicações. Mas Rubens Nascimento desapareceu do hotel e o delegado só veio a saber de seu paradeiro quando o repórter de *O Estado* lhe mostrou os recortes dos jornais paulistas com suas denúncias. "A Pastoral da Terra está agitando a região. Eles não querem que os fazendeiros produzam, para que quando o Incra vistoriar as fazendas possa desapropriá-las por serem improdutivas", disse o delegado federal.

O representante do Ministério do Trabalho na região, Jubélio Rodrigues Miranda, também negou a existência de escravidão branca, mas lembrou o caso da Fazenda Irmãos Correa, de Pedro e João Correa, ocorrido em abril, quando o gato responsável pela contratação de 96 peões que faziam a derrubada no interior da fazenda começou a maltratá-los e a exagerar nos preços dos alimentos. Alguns tentaram fugir e foram espancados por colegas ligados ao gato.

A denúncia foi feita em Vilhena e os Irmãos Correa sofreram pesada multa. Agora, segundo Miranda, os fazendeiros estão fiscalizando a ação dos gatos e os preços dos alimentos só estão 10% acima da tabela, "para repor o frete".

INVASÕES

A ação da Pastoral da Terra na região não é só a de denunciar a escravidão branca, mas também a de organizar o movimento dos "Sem Terra" para invadir fazendas. No final do ano passado, eles invadiram a propriedade do ex-ministro Alysson Paulineili, armados de revólveres e espingardas, sendo removidos alguns dias depois pela Polícia Militar, que apreendeu 180 armas. Depois, o Incra desapropriou 20 mil hectares dessa fazenda e distribuiu os títulos aos colonos sem terra.